

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

PROPOSTA CURRICULAR: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO

*Ariosto Loureiro, Elvio Rodrigues Martins,
Luiz Fernando Mazzini Fontoura, Mário Leal Lahorgue*

Boletim Gaúcho de Geografia, 15: 79-93, ago., 1987.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37973/24468>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1987

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

PROPOSTA CURRICULAR: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO

Ariosto Loureiro G.F.¹

Elvio Rodrigues Martins²

Luiz Fernando M. Fontoura³

Mário Leal Lahorgue⁴

INTRODUÇÃO

Este trabalho é derivado da crítica, da nossa experiência enquanto alunos do curso, e nossa vivência no meio geográfico. Pregou-nos bastante lançar sugestões que contribuíssem para a melhoria do ensino geográfico.

Ao mesmo tempo, uma proposta que beneficiasse o aluno, o deixasse mais autônomo em suas escolhas, porém, preparando-o para isso.

Deve ficar claro, que não se trata de uma proposta acabada, e sim, de despertar a discussão tão necessária nos cursos de Geografia: a estrutura e objetivo de seus currículos.

Há a necessidade de que façamos esta discussão, pois os currículos atuais não têm acompanhado a evolução do pensamento geográfico.

Para tanto, sugerimos alguns pontos norteadores para a discussão da mudança dos atuais currículos das escolas de Geografia, quais sejam, elementos pertinentes à estrutura curricular, bem como alguns conteúdos que consideramos indispensáveis à formação dos geógrafos.

Aproveitamos o momento para introduzirmos questões referentes à formação do professor de Geografia, como também, em espe-

1 Geógrafo (licenciado) pela UFRGS.

2 Professor do Departamento de Geografia da UFRGS.

3 Aluno de Pós Graduação-Mestrado em Sociologia Rural da UFRGS.

4 Geógrafo (licenciado) pela UFRGS.

cial atenção, a problemática do estágio.

1 - A ESTRUTURA CURRICULAR

Uma das formas pela qual os currículos de geografia têm se estruturado hoje em dia, é numa fórmula em que separa-se, a partir da metade do curso, a formação entre bacharelado e licenciatura*. Por entendermos que este tipo de coisa é nociva à formação do geógrafo, e não atende aos avanços que temos experimentado na produção científica em nosso país, começaremos com uma pequena crítica à esta estrutura.

1.1 - A questão bacharelado x licenciatura

No cerne desta questão, está algo que nos remete a uma das características de nossa sociedade atual: é a divisão do trabalho. Coincidentemente (ou não), das várias formas que tomou a divisão do trabalho, uma vai se refletir diretamente neste tipo de currículo: é a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou entre trabalho e saber. Ela está representada exatamente na formação diferenciada que existe entre o bacharel e o licenciado. Ao se operar esta diferenciação, produz-se dois profissionais distintos: o geógrafo, estará incumbido em ser o pesquisador, o produtor do conhecimento; por sua vez, o licenciado não passa de um mero repassador desse mesmo conhecimento para seus alunos, garantindo assim a reprodução do saber e da sociedade.

A justificativa para tal separação tem sido a de uma pretensa racionalização da formação profissional, pois desta maneira teria-se uma formação mais adequada e melhor para professores e pesquisadores.

O que fica evidenciado com tal proposta, é sua fragilidade, pois a mesma não resiste a uma análise mais profunda. Com esta "racionalização", o que se está fazendo é, em realidade, transformar

* Ver, a este respeito, as propostas feitas pelo grupo de consultores do SESU/MEC, por ocasião do "Projeto Diagnóstico e Avaliação do Ensino de Geografia no Brasil".

uma ciência (no caso, a geografia), em duas distintas; dá-se tratamentos diferentes, cria-se ciências separadas para bacharel e licenciado. Separa-se o que devia ser inseparável. Uma mesma ciência com dois objetos de conhecimento diferentes...

Em meio a isto tudo, é o licenciado que sai amplamente prejudicado com a divisão, pois fica inferiorizado. Afinal, ele está, em seu curso, sendo preparado para apenas ser um professor de I e II graus, não que isto seja algo menor, mas, voltamos a repetir, nesta concepção o licenciado não passa de um mero repassador de conhecimentos para seus alunos. Nega-se ao professor a possibilidade de ele também ser um produtor do saber. Para ser bom professor, torna-se necessário somente conhecer bem as teorias educacionais e algumas técnicas para saber "passar" o conteúdo. Como se a Geografia ensinada nas escolas não fosse a mesma pesquisada por bacharéis e pela Universidade.

Ao dissociar-se ensino e pesquisa, perpetua-se no seio da ciência geográfica uma das contradições fundamentais da sociedade, o que vem a provar mais uma vez que a Universidade não é uma ilha isolada do resto do Brasil, e que a referência que deve existir para uma reformulação curricular é o movimento real e contraditório da sociedade. Manter um currículo deste tipo, é preparar profissionais sem a mínima capacidade para enfrentar e entender a realidade.

Depois dessas críticas ao dualismo apresentado entre licenciatura e bacharelado, parece que nossa intenção fica clara: retomar a unidade da ciência, através de uma formação unitária de ambos os profissionais. Mesmo mantendo diplomas separados para geógrafos e licenciados, o essencial é que pelo menos os conteúdos ligados à Geografia sejam iguais, a partir de idênticas disciplinas. A reflexão sobre o conhecimento deve estar baseada no fato de que a realidade é uma só, tanto para geógrafos quanto para licenciados.

Para que isto possa ser feito, é necessário que o graduando faça primeiro o curso de geógrafo, ou seja, ele só pode fazer o estágio (prática de ensino), depois de terminar o bacharelado. Temos assim, que geógrafos são todos os formados nos cursos de geografia, e o professor é aquele geógrafo que se interessa pela questão do ensino e completa sua formação com disciplinas específicas de conteúdo pedagógico.

1.2 - A questão pré-requisitos

Sob a argumentação de se dar um encadeamento "harmonioso", impedindo que os alunos levem separadas as partes "física" e "humana", muitos cursos apresentam-se cheios de pré-requisitos, tornando-se comum uma disciplina possuir, como condição para ser cursada, três ou quatro outras que a tranquem.

Desta maneira, o que se tem é um exagero de pré-condições entre um semestre e outro, infernizando a vida do aluno e o deixando em estado de verdadeira paranóia. Não passar em uma disciplina, pode significar o impedimento de cursar todo o semestre seguinte, mesmo que o conteúdo visto nas cadeiras não justifique a existência do pré-requisito, o que aliás é comum.

Na verdade, o que isto demonstra é a existência de um exagerado zelo por parte dos professores (que se expressa na estrutura curricular) em relação aos alunos, pois estes são tratados quase que como incapazes de manter uma boa seriação curricular por conta própria.

Devemos ressaltar, entretanto, que todos estes problemas, que toda essa dificuldade em seguir o curso decorrente do excesso de pré-requisitos advém, e aí está o ponto que deve ser combatido, de uma concepção curricular positivista. Por que positivista? Porque parte do pressuposto de que só existe uma maneira de se conseguir uma bagagem correta de conhecimentos: seguindo a seriação semestre por semestre, disciplina encadeada em disciplina. É um modo de se transmitir o saber pronto, embalado.

Ainda que na intenção de fazer o aluno levar na bagagem conhecimentos indispensáveis para o acompanhamento da disciplina seguinte, não justifica o tutelamento na escolha de disciplinas do aluno.

Em uma entrevista dada à Folha de São Paulo de 04 de janeiro de 1987, Marilena Chauí e J.A. Gianotti discutem sobre o excessivo tutelamento da Universidade sobre seus alunos, não permitindo a estes, decidirem seus próprios rumos, principalmente após os três primeiros semestres (sobre este assunto aprofundaremos mais na proposta curricular). Os professores falaram ainda da sobrecarga dos professores que acabam levando suas pesquisas para as salas de aula, restringindo, desta forma, uma abrangência do conteúdo.

Desde a matrícula até a súmula na sala de aula, o aluno não tem nenhuma chance à autonomia e arcar com as conseqüências de sua escolha. Do I e II graus ou na Universidade, passando pelos currículos, o aluno não é estimulado a pensar e decidir sobre seu futuro. Sobre isso Marilena nos fala:

"Não há estímulo à autonomia e sim à dependência, à necessidade de ser acompanhado e tutelado. No primeiro semestre letivo o aluno teria um acompanhamento seguido de suas atividades, ao mesmo tempo em que iria conquistando sua própria autonomia de trabalho. Essa questão da tutela me preocupa muito não só porque alimenta as queixas dos alunos e abre brecha para os futuros orientadores de pós-graduação darem preferência aos mais dóceis e dependentes, destruindo a liberdade de pesquisa, mas também porque me parece muito ligada ao universo do consumo, dos meios de comunicação de massa que operam estimulando desejos de satisfação imediata, uma infantilização. Do ponto de vista da cultura, isto é um desastre porque elimina a idéia de trabalho paciente e longo."

Essa preocupação é sentida no número de trabalhos e na qualidade dos trabalhos de graduação, onde o aluno não estimulado, encontra dificuldades em pensar e elaborar um projeto de pesquisa.

Não existindo liberdade de escolha de disciplina por parte dos alunos, não existe a possibilidade de se seguir um curso, ou seja, uma seriação que priorize os interesses dos alunos, que não sejam àquelas propostas pela COMCAR.

As questões levantadas até esta parte do texto nos apontam para alguns caminhos em termos de sugestão:

1º) Quanto à dor-de-cabeça de muitos alunos, os pré-requisitos ficam reduzidos ao mínimo necessário, somente quando o seu não cumprimento impeça a compreensão da disciplina seguinte. Isto quer dizer que sua existência se dá quando um mesmo conteúdo é desdobrado em dois ou mais semestres. Procura-se assim, minimizar o intrincado quebra-cabeça com que acabaram se tornando muitos dos currículos hoje vigentes.

2º) No tocante ao número de créditos totais, a sugestão é de que o número de obrigatórios seja reduzido ao mínimo possível (p.ex., a no máximo 60% dos créditos) e de que seja dado uma boa es

colha de opcionais para os graduandos. O seqüenciamento, em vista disto, é feito de forma que o maior número de créditos obrigatórios, de disciplinas basilares, ocorra nos primeiros quatro semestres. O número destes créditos vai decrescendo ao longo do curso, ao mesmo tempo em que as opcionais aumentam à medida que se aproxima o fim dos quatro anos.

Esta fórmula permite ao aluno completar sua formação de acordo com os interesses demonstrados na sua fase inicial de Universidade, possibilitando o direcionamento de futuras pesquisas sem necessariamente estarmos fragmentando o conhecimento, ou criando ên fases no curso.

3º) Paralelamente à isto, a postura do professor em sala de aula deve levar em conta uma realidade: a de que normalmente, os estudantes recém ingressos na faculdade ainda não estão acostumados a trabalhar sozinhos, pesquisar por conta própria. Como isto só se resolveria com uma mudança radical no ensino de 1º e 2º graus, a melhor maneira seria direcionar o ensino no sentido de capacitar aos poucos, o estudante a pensar por iniciativa sua. Este problema, é uma das causas do fracasso de aulas do tipo seminário, que acontecem algumas vezes no início de curso.

A melhor maneira, no nosso entender, de minimizar isto, é inicialmente haver aulas do tipo expositiva, com trabalhos mais direcionados. Conjuntamente com a diminuição de disciplinas do tipo "obrigatórias", as aulas aos poucos devem direcionar o aluno no sentido de sua autonomização, fazendo-o ver que a Universidade não se esgota em sala de aula, que exige um trabalho paciente e longo e que a independência de pesquisa é necessária para a formação do conhecimento. Assim, aulas tipo seminário, são mais produtivas quando nas etapas finais de curso, por exemplo.

2 - SOBRE A QUESTÃO DA NATUREZA

Talvez o ponto mais polêmico, de difícil contorno, ao tratarmos da organização sistemática de conteúdos para a formação acadêmica de geógrafos, seja aquela que refere-se ao trato da natureza que deve fazer esta disciplina. Contudo respaldados em um

estudo da história deste saber, buscando com isto superar as visões equivocadas da relação Sociedade x Natureza, a nossa posição frente esta questão é bastante nítida: cabe a Geografia estudar a natureza enquanto elemento transformado, incorporado no processo de produção/reprodução da sobrevivência da sociedade, isto na forma de um determinado Modo de Produção. Ou seja, não cabe a Geografia o estudo da natureza por ela mesma, mas sim a denominada segunda natureza, a natureza absorvida no processo produtivo.

Entretanto, a absorção desta problemática na forma de currículos acadêmicos esbarra em algumas limitações conjunturais, as quais nos levam a refletir qual a melhor maneira de avançarmos nesta questão.

Esta é a prova, entretanto, que demonstra a circunstância típica de uma ciência que passa por intenso debate em relação a suas bases epistemológicas. Feita por um número muito reduzido de geógrafos, a investigação epistemológica deste saber revelou uma situação difícil que viveu (ou vive) a Geografia na sua história, qual seja, uma atrelação histórica às práticas de poder em diversos países. As razões de existência deste saber ficam justificadas por uma relação muito próxima entre a Geografia e o Estado. Esta mesma investigação desnudou também a estrutura gnosiológica deste saber, ou seja, as relações entre sujeito e objeto, que tiveram como coluna de sustentação central Immanuel Kant.

Portanto, derivada deste inventário, observou-se verdadeira revolução deste conhecimento, que procura romper com esta tradição, efetuando o tão referido corte epistemológico, tentando a partir daí refazer as práticas e teorias. Tão radical reformulação, não podia dar-se sem debates acalorados, e refutações às novas idéias nem sempre de valor científico aceitável, pois estas vinham (e vem) muito na auto-defesa de uma prática científica de anos, que de uma hora para outra, vêm-se ameaçadas por uma crítica poderosa. Esta situação, somada ao fato da inflexibilidade intelectual de alguns não buscando um estudo teórico profundo, é a primeira das variáveis que determinam ou no mínimo influenciam as propostas cur-

riculares, de quem se propõe a tanto.

A segunda, diríamos que é derivado desta tradição de práticas e teorias, enfim, desta concepção de Geografia. Após a Geografia ganhar "status" acadêmico, este saber passou a ter uma grande "razão de existência", ou seja, um lugar entre as disciplinas que são ministradas em escolas de ensino primário e médio (1º e 2º graus). E é exatamente aí que a Geografia no seu papel profundamente ideológico, formará o senso comum do que vem a ser Geografia. Um senso comum muito parecido com uma cegueira comum, principalmente da parte dos profissionais que lidam com este saber. Caberá portanto a Geografia descrever a natureza e o homem e fantasiar a relação entre ambos. O mais nefasto de tudo é que este conhecimento ganhou razão de existência, entre as disciplinas das escolas, justamente por isto, ou seja, uma disciplina que acima de tudo descreve a natureza. E é esta em maior ou menor intensidade a realidade que vivemos. Homem e natureza nas escolas são coisas que jamais misturam-se, isto pelo menos na Geografia.

Portanto, propor reformas curriculares ou até mesmo currículos inteiros, é ter que levar em conta o papel que a Geografia tem cumprido (a sua função primordial, a sua razão de ser) nas escolas de ensino médio. É uma realidade concreta, dada.

Assim ao propormos diretrizes gerais para a reformulação ou construção de currículos universitários de Geografia, estas circunstâncias, as quais aqui citamos são as que consideramos mais influentes nas suas determinações. Porém, há a necessidade de dizermos que o fato de reconhecermos a existência deste problema nas escolas não significa que concordamos com afirmações simplistas e conciliatórias, de que por mais que neguemos, a geografia física existe. O que existe são práticas equivocadas ou ausentes de profunda consciência científica, que tem como consequência a postura ideológica ocupada pela Geografia nas escolas. E a principal reflexão que deve ocupar os professores de Geografia hoje é como reverter esta situação.

E é nesta direção que sugerimos que os currículos sejam o resultado desta luta travada pelas circunstâncias em questão, na tentativa de propiciarmos um avanço nesta problemática. Portanto a extirpação pura e simples de disciplinas referentes ao estudo da na

tureza, é no mínimo ser míope frente a realidade que vivemos. Contudo, a tendência progressiva das reformas curriculares será de ver cada vez menos a natureza sem as transformações operadas pelo homem. Ou seja a natureza que cabe à Geografia é efetivamente aquela denominada por Marx, como sendo a 2ª natureza. Elemento constituinte influenciador e não determinante da organização das sociedades.

Hoje precisamos contemplar as exigências colocadas pelo ensino de 1º e 2º graus, portanto há necessidade de vermos conteúdos mínimos referentes a estes assuntos.

Eis portanto as nossas preocupações quanto a esta questão crucial da Geografia. Que currículos traduzirão este avanço no sentido da formação acadêmica desta ciência social.

3 - Evolução e Organização do Espaço Mundial

Esta disciplina analisaria a evolução e formação do capitalismo, partindo do conjunto de elementos que compõe sua fase inicial, a livre concorrência, e permitindo também a compreensão do processo de mundialização. A evolução do capitalismo vista pela hegemonização do espaço urbano, espaço do complexo fabril, sobre o espaço agrário, articulado e incorporado pela nova ordem do capitalismo.

Desta forma permitiria-se sua compreensão à nível internacional, dada nos diversos arranjos que tem assumido a Divisão Internacional do Trabalho, o que nos levaria à interpretação da articulação do capitalismo no seu Desenvolvimento Desigual e Combinado, em escala mundial.

Por fim, a tentativa de visualizar o todo da conjuntura internacional, faz necessário o estudo do conjunto dos países "socialistas".

4 - Formação Econômico-Social Brasileira

Os conteúdos a serem verificados nesta disciplina introduziriam a estruturação da formação espacial brasileira, através da compreensão de sua formação econômico-social. A penetração e evolução do capitalismo no Brasil e a articulação campo-cidade, são ele-

mentos a serem analisados nesta disciplina. Certo está que o estudo sobre o capitalismo brasileiro é necessário.

Portanto, nesta evolução da formação econômico-social brasileira, perceberia-se como se dá a mediação das relações campo-cidade articuladas pela figura do Estado. Assim sendo, mostraria-se a evolução do papel do Estado brasileiro nas diversas fases de formação do capitalismo nacional.

Contempla-se, portanto, um quadro efetivo das realidades dos espaços urbano e agrário, permitindo com isto a compreensão e problematização da conjuntura brasileira.

5 - Geografia Urbano-Industrial e dos Países Periféricos Geografia Agrária e dos Países Periféricos

Estas disciplinas têm por objetivo identificar a organização dos espaços urbano-industrial e agrário contemporâneo, dando continuidade as disciplinas de Evolução e Organização do Espaço Mundial.

É aqui que o aluno vai desenvolver seus conhecimentos sobre questões urbanas, vinculadas ao desenvolvimento industrial, centro do mundo de produção atual. Identificará os grandes centros dos países industrializados e dos países periféricos, bem como a produção industrial que os caracterizam e como se articulam, incluindo o caso brasileiro.

Paralelamente, as disciplinas de agrária desenvolvem questões como a renda da terra, modernização da agricultura, concentração da terra, produção capitalista no campo etc. É também momento para tratar de alguns produtos para exportação que têm preços determinados no exterior como soja, café, cacau, açúcar etc e como se dá este comércio e variações de preços.

É momento oportuno também, para não só se tratar da produção mas também da circulação das mercadorias.

Deve-se tratar nestas disciplinas da realidade dos países socialistas, tanto dos industrializados como de países como Cuba, Angola, Moçambique etc.

Nas disciplinas relativa aos países periféricos deve-se

tratar das Formações Econômico-Sociais de países da Ásia, África e América Latina, caracterizando as especificidades de seus espaços dentro de uma lógica maior: capitalista ou socialista.

Com isso, pode-se perceber ao final das disciplinas, os diferentes estágios, de dominação do urbano sobre o agrário, bem como a articulação dos países periféricos com os países centrais.

6 - Geopolíticas

Estas disciplinas procurarão investigar quais as origens, formas e funções da figura política do Estado. De maneira a jogar a investigação em constante debate e crítica, as disciplinas devem ver as diversas concepções teóricas e práticas dadas a esta instituição. Portanto, as análises deverão cobrir os principais teóricos e teorias desta matéria, como por exemplo Maquiavel e o Estado, como função absoluta, Montesquieu e o Espírito das Leis, Ratzel e sua Geografia Política e Antropogeografia, das proposições de Alexis de Tocqueville sobre democracia liberal, as concepções marxistas sobre o Estado, etc.

Somam-se a esta análise as principais teorias geopolíticas de Ratzel a Sverky em sua Geoestratégia global, passando por Mackinder, Houshofer, Spykman entre outras.

As duas preocupações de estudos acima mencionadas devem sempre estar em contato permanente, buscando a convergência de um posicionamento crítico do aluno para as reais finalidades das teorias expostas.

Por último, diríamos que a situação específica do Estado brasileiro deverá ser analisado com especial pormenor, bem como a produção geopolítica nacional, atingindo com isto a compreensão do papel do Estado num país em posição periférica dentro do quadro do Capitalismo, nas suas contradições inerentes.

7 - Seminários

Estes seminários aparecem com o intuito de finalização dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas de Geografia Urbano-Industrial, Geografia Agrária, Geopolítica e Formação Eco-

nômico Social Brasileira, possibilitando estudos mais específicos de cada disciplina, que podem ser definidos em comum acordo pelo professor da disciplina e seus alunos.

É importante ressaltar que nestas disciplinas, uma vez definido o tema a ser abordado, devem haver práticas de campo, verificando a níveis mais empíricos os conhecimentos passados anteriormente.:

8 - QUANTO A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Tendo por meta uma forma adequada que capacite o professor de Geografia, que o valorize e seja valorizado em seu trabalho, é que desenvolvemos a proposta a seguir pois antes de mais nada entendemos que a educação e o educador em geral devem ser valorizados.

Nossa proposta neste sentido é de que não haja mais a separação entre a formação do licenciado e do bacharel, ou seja, o aluno do curso de Geografia fará o estágio residência após concluído o curso e mais as disciplinas de conteúdo pedagógico. Desta forma, em uma seriação normal, o geógrafo faria o estágio residência no primeiro semestre do 5º ano de curso.

Caso o aluno do curso de Geografia não houvesse decidido anteriormente pela opção do magistério, concluiria as disciplinas de conteúdo pedagógico e após faria o estágio, podendo este ser realizado no segundo semestre. Chama-se a atenção ao fato de que o estágio residência somente pode ser realizado após a conclusão do curso de Geografia e mais as disciplinas de conteúdo pedagógico, a que passamos a seguir.

As disciplinas de Psicologia da Educação A e B, Estrutura de funcionamento do 1º e 2º graus e Didática Geral, devem objetivar mais os interesses e carências dos alunos que ali chegam. Devem priorizar a idade da adolescência, que é a faixa etária onde o professor de geografia vai encontrar maior clientela. Quanto a disciplina de Estrutura de funcionamento, deve ter a preocupação de não apenas apresentar as leis que regem o magistério público, mas interpretá-las, avaliar as conseqüências de tais medidas, incluindo o funcionamento de escolas particulares, onde pela falta de concursos pú-

blicos, é justamente onde existe mercado de trabalho.

Além destas disciplinas, devem fazer parte do conteúdo pedagógico as disciplinas de Adequação do Ensino de Geografia do 1º grau, Adequação do Ensino de Geografia do 2º grau e Recursos de Ensino em Geografia.

As disciplinas de Adequação do Ensino de Geografia devem trazer à tona as polêmicas atuais, tais como a Geografia a ser ensinada, principalmente na 5ª, 6ª e 7ª séries do 1º grau, onde o nível de abstração do aluno choca-se com o ensino de escalas, coordenadas, relações entre o Sol e a Terra, a questão de como tratar a natureza a nível de 1º e 2º graus, entre outros, assuntos estes que devem ser polemizados pelos estudantes de Geografia nos bancos da Universidade.

Para tanto, sugerimos que em ambas disciplinas o professor da disciplina deve oportunizar a seus alunos do curso de Geografia observações em vários estabelecimentos de ensino, de forma que o grupo de alunos completasse todas as séries, 1º e 2º graus respectivamente. Cada aluno do curso deve acompanhar o trabalho de uma ou mais turmas, porém fixando-se ao desenvolvimento do trabalho desta(s) turma(s). Dado o prazo, o aluno do curso deve completar um total de pelo menos seis observações de cada turma, acompanhado de relatórios e leituras afins desenvolvidas neste período. A dinâmica das observações pode ser a seguinte: logo ao início das aulas um período de leituras e esclarecimentos, seguido do prazo para as observações e leituras, retornando às aulas para as discussões e trabalhos no sentido de identificação e elucidação dos problemas levantados.

A disciplina de Recursos de Ensino em Geografia pode ter a mesma dinâmica acima procurando dar continuidade à preocupação quanto a adequação de conteúdos e os seus respectivos recursos de ensino.

Estas disciplinas, podem ser realizadas paralelamente ao curso de Geografia, porém cumpridos o equivalente a 4 semestres iniciais do curso. Terminadas estas disciplinas e o curso de Geografia passamos ao estágio.

Para se pensar em um estágio sério onde o praticante possa se deparar com as mais diversas situações de uma sala de aula,

possa ele perceber o crescimento do seu trabalho, bem como realizar auto-crítica do mesmo, não podemos admitir um tempo inferior a um se mestre letivo de regência de classe. Portanto, partimos deste tempo para a duração do estágio residência: um semestre letivo de regência de classe.

Desapareceriam as atuais disciplinas de Iniciação à Prática de Ensino e Prática de Ensino, que na maioria dos casos, pecam pelo excesso de observações e pelo pequeno tempo de prática. As observações são realizadas de forma mais efetiva nas disciplinas anteriores.

E o conhecimento dos alunos pelo estagiário? Respondemos que estagiário terá um semestre letivo, desde o primeiro dia de aula, para fazer sua apresentação, sondagem, discussão com seus alunos sobre os conteúdos e a dinâmica dos trabalhos em sala de aula; como se dá na rotina normal de qualquer professor em início de carreira. Nesta forma de estágio haveria tempo suficiente para reavaliações e possíveis alterações no desenvolvimento do trabalho pelo professor estagiário durante seu tempo de prática.

O estágio deve ser realizado nas escolas da rede Pública Estadual, incluindo os Colégios de Aplicação, que terão diferentes séries à disposição dos estagiários, segundo um acordo entre os Departamentos de Geografia e as Escolas. Em caso de procura acentuada em determinadas escolas, estas submeteriam os estagiários a exames de seleção para o preenchimento das vagas.

Os estagiários participariam da rotina normal da escola, ou seja, elaboração dos planos de ensino segundo as diretrizes da escola e a coordenação de área, reunião por área e por séries, con selhos de classes, reuniões com pais etc. O estagiário será considerado apto ou não apto (desaparece a avaliação por conceito ou nota no estágio) pela coordenação de área das respectivas escolas, que serão supervisionadas pelo professor coordenador dos estágios dos Departamentos de Geografia (sugerimos professores com pós-graduação na área de Educação para este cargo).

O estágio residência tem a carga horária de 5 créditos se manais, sendo 2 créditos de regência de classe (podendo ser 3 crédi tos conforme a escola) e 3 créditos atribuídos às atividades da escola (reuniões, conselhos etc.) e encontros com o professor coor-

denador do estágio sempre que o estagiário e ou o coordenador acharem necessário. Com isso, ao final do semestre, o estagiário terá cumprido 75 horas/aula no estágio, via de regra menor que o sistema atual, porém infinitamente melhor aproveitadas para a formação do estagiário.

Entendemos ainda que, a exemplo dos estágios profissionais na Medicina, Odonto, Engenharia etc., o estágio residência do professor deve ser remunerado, com o valor da hora/aula de um professor de seu nível no ensino público, mais as garantias da Previdência e Assistência Médica previstas em lei durante o estágio.